

# DECLARAÇÃO DO JORNAL CAUSA OPERÁRIA AOS TRABALHADORES

MINGO  
630190-7 12

Uma explosão social sacode São Paulo. É a indignação, é a raiva contida, é a rebelião contra a miséria e a fome sem fim. É o desespero que estoura libertando energias reprimidas tanto tempo, incontrolável.

Não dá mais para agüentar: a falta de comida em casa, o desemprego. Esta é a razão dos acontecimentos: a política entreguista e antioperária da ditadura, 20 anos de exploração e opressão sobre os trabalhadores.

Diante dos saques e da depredação, os patrões e o governo dizem, com sua demagogia de sempre, que isto não pode ser obra de trabalhadores organizados. Falam de "infiltração". Se infiltração existe é a infiltração de provocadores policiais, procurando desviar a mobilização popular e justificar a repressão. A polícia militar, entretanto, aproveita: bate, reprime, ataca indiscriminadamente com barras de ferro, pedaços de pau e com sua ferocidade habitual.

## A ORDEM DOS TRABALHADORES, AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

A situação atual reclama ordem, sim; a ordem dos próprios trabalhadores. As organizações operárias, os sindicatos, devem assumir esta responsabilidade. É necessário levantar um programa claro de reivindicações imediatas e dar um caráter massivo, geral, organizado, à indignação popular. A passividade, a falta de iniciativa, a omissão de uma direção clara da mobilização, isso sim estimula a desordem.

A ordem dos trabalhadores é sua própria mobilização: Vamos organizá-la. A luta não é apenas dos desempregados, é de toda classe trabalhadora. Que os sindicatos convoquem imediatamente as ASSEMBLÉIAS GERAIS para organizar a luta contra o desemprego e a miséria. Junto aos COMITÊS DE DESEMPREGADOS, é necessário estender a organização das fábricas, formando COMISSÕES DE FÁBRICA, COMANDOS INTERFABRIS e dar unidade e centralização ao movimento. É necessário um COMITÊ INTERSINDICAL DE MOBILIZAÇÃO CONTRA A CARESTIA E O DESEMPREGO com a participação do conjunto dos sindicatos estaduais. A comissão Pró-Cut deve assumir sua responsabilidade e formular um programa de reivindicações claras e precisas; nada de promessas e planos vagos de emprego, queremos:

1. Aumento salarial de emergência
2. Reincorporação automática dos demitidos nos últimos 2 anos
3. Salário desemprego igual ao último salário
4. Plano de obras públicas, sob controle dos sindicatos
5. Rompimento com o FMI, fora a política entreguista e antioperária da ditadura.

## A CLASSE OPERÁRIA NA DIREÇÃO

O governo paulista diz que a solução não cabe a ele. desestimula toda mobilização, pede calma e tranquilidade para preservar a democracia. Mas a calma não enche barriga; que tranquilidade e que democracia é esta que nos mata de fome!

Tranquilidade sim, mas para organizar a mobilização contra o desemprego, para ganhar as ruas com sua força, com sua própria ordem para impor um basta e mudar de uma vez. A classe operária na direção da luta organizada para quebrar a política entreguista e antioperária do governo militar.

ABAIXO A VIOLÊNCIA POLICIAL !

# CAUSA OPERÁRIA



MANIFESTO DOS DESEMPREGADOS AO POVO DE SÃO PAULO

No próximo dia 5 de setembro estará completando um ano desde que nós, desempregados, de São Paulo, lançamos o Acampamento do Ibirapuera. Este acampamento representa um marco importante na organização de nosso movimento e, até agora, a nossa mais importante trincheira de luta.

Um ano do acampamento, um ano a mais de lutas mas, também, de agravamento de nossas miseráveis condições de vida. De outro lado, este período está marcado pelas promessas não cumpridas pelas autoridades estaduais e federais. Enquanto nossa situação é cada vez mais desesperadora, o governo federal continua surdo ao agravamento dos problemas sociais no país. Desacreditado em seu retiro de Brasília, ele vai dando continuidade a sua política de esmagamento da economia popular, ao favorecer os interesses do grande capital nacional e estrangeiro. No plano político, ele afronta cada dia mais o povo com suas manobras continuistas, que é o objetivo principal de seu bloqueio das eleições diretas, quando estas representam os anseios de mais de 90% da população brasileira, claramente manifesta nas ruas. Diante do governo federal não alimentamos a menor ilusão sobre a possibilidade de qualquer gesto que venha a nos beneficiar. Em vista disso, temos que confiar, exclusivamente, na nossa capacidade de organização, na nossa unidade política e na nossa combatividade. Só levando os trabalhadores às ruas em gigantescas manifestações, poderemos levar o regime ao recuo e apressar seu fim. Em relação ao governo estadual, nossa posição é também de descrédito na sua capacidade política para enfrentar o desemprego, seja pelo seu caráter omissivo e medroso face a Brasília, pela violência com que reprime as manifestações pacíficas de trabalhadores, como aconteceu com o bloqueio policial do Palácio dos Bandeirantes para não receber os favelados e pelo verdadeiro massacre policial sobre a população de Vila Socó, em Cubatão, etc.

A ocupação do SINE (Serviço Nacional de Emprego) realizada por nós hoje significa um claro protesto à insensibilidade do governo federal mas, também, um desafio ao governo do estado para que cumpra seus compromissos com o povo, abandone sua cômoda situação de mero espectador da crise e escolha realmente seu lado: a favor ou contra o povo!

Ao desencadear essa luta e lançar este MANIFESTO, o fazemos com dois objetivos principais: primeiro para condenar esta situação degradante a que fomos levados por estas autoridades. Segundo, para clamor a todas as entidades representativas dos trabalhadores, aos setores progressistas da sociedade e da Igreja e aos partidos políticos, a uma solidariedade concreta e militante a nossa luta.

Continuamos como há um ano atrás, lutando pela conquista de uma pauta de reivindicações para conseguir freiar essa escalada de miséria e de fome que vem se abatendo sobre nós desempregados.

NO PLANO ESTADUAL: Pela elaboração de uma política de emergência que combata efetivamente o desemprego no Estado, com criação de frentes de trabalho, distribuição de terra aos desempregados do campo etc. Concessão de auxílio alimentar aos desempregados. Passe desemprego. Suspensão imediato do pagamento de taxas de água e luz. Amplas liberdades para que os trabalhadores desempregados possam se organizar e manifestar seu descontentamento publicamente.

NO PLANO FEDERAL: regulamentação imediata do salário-desemprego assegurado na Constituição. Regulamentação e aplicação imediata da Lei nº 58.155 de 5/4/66, que criou o Fundo de Assistência ao Desemprego. Reforma agrária sob a ótica dos trabalhadores. Negação imediata da dívida externa. Congelamento imediato do preço dos gêneros de primeira necessidade e dos aluguéis.

PLENÁRIA ESTADUAL DOS COMITÊS DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO

São Paulo, 20 de agosto de 1984

CONTRA A FOME - CONTRA A MISÉRIA - CONTRA A CARESTIA - CONTRA A REPRESSÃO



## DESEMPREGO, MISÉRIA E VIOLÊNCIA A TRISTE MARCA DA RECESSÃO

Nos primeiros anos desta década, o fantasma do desemprego voltou a fazer parte das preocupações que dia a dia assolam o trabalhador brasileiro. Em grande medida isso deveu-se ao agravamento da crise econômica brasileira que, particularmente a partir de 1980, aprofundou seu processo recessivo. Os indicadores mais perversos dessa realidade foram a aceleração da inflação e o rápido aumento do número de trabalhadores desempregados.

A opção do governo brasileiro, a partir de 1981, em trilhar um "caminho" recessivo, explica-se pela pressão que passou a ser exercida pelos banqueiros internacionais diante do crescimento da dívida externa brasileira que, dos US\$ 53,8 bilhões de dólares em 1980, saltou para US\$ 88,0 bilhões no final de 1982. Passavam a exigir mudanças na política econômica no sentido do privilegiamento da obtenção de divisas através de políticas de estímulo à exportação (incentivos fiscais e creditícios aos exportadores) e do redirecionamento dos investimentos públicos e privados para alternativas energéticas visando reduzir a pressão da importação de petróleo sobre a balança comercial do Brasil. Esta reorientação na política econômica, ditada pelos interesses dos banqueiros e objetivando manter "a boa vontade dos meios financeiros",

implicou que, em 1981, o emprego industrial fosse reduzido em cerca de 7,3%. A esse número devem ser somados os 20% da força de trabalho que já se encontrava desocupada ou vivendo do subemprego.

Por outro lado, "a boa vontade dos meios financeiros", começou a se fazer sentir a partir do final de 1982, através das restrições impostas à rolagem da dívida brasileira, e que tornou necessário recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O monitoramento desse organismo, a partir de então, gerou um aumento da intensidade do processo recessivo.

O ajustamento econômico determinado pelo FMI, implicou em pressão para a redução do déficit público, dos meios de pagamentos e do crédito e na criação de novos incentivos destinados a aumentar o fluxo de exportação. As tentativas de contenção do déficit público foram implementadas através de aumento da tributação e da redução dos gastos públicos que, manifestaram-se tanto pela via de cortes do investimento em áreas estratégicas como pela diminuição dos já poucos recursos destinados às áreas de interesse social (IAPAS, BNH, etc). A redução dos meios de pagamento e do crédito tiveram como efeito imediato o aumento das taxas de juros, inibindo investimentos e consumo.

Já a política de incentivo à exportação teve seu ápice na maxidesvalo

rização decretada em fevereiro de 1983. Ela, que visava dar maior competitividade às exportações brasileiras, reduzindo seu preço no mercado internacional e com isso obter superávits na balança comercial, teve efeitos inflacionários no mercado interno. Ocorreu aumento do nível de preços e, do lado da produção agrícola começou um redirecionamento para exportação, o que reduziu a oferta interna de alimentos, gerando o aumento dos preços.

Essa política econômica levou à maior crise econômica da história do Brasil. Para uma economia com alto grau de industrialização e interdependência entre seus setores e com a economia internacional, além da grande concentração urbana que apresenta, a redução drástica da atividade industrial, contraindo em mais de 20% o nível de emprego industrial, gerou um quadro social explosivo com efeitos profundos e prolongados sobre o mercado de trabalho.

Esse acréscimo vultuoso ao exército de desempregados, acelerou a pressão social que já vinha sendo exercida pelos "bolsões" de miséria. Os marginalizados das relações de trabalho tipicamente capitalistas, que vivem da mendicância, dos biscates e do subemprego, e que não são reconhecidos pelas políticas tradicionais de previdência e assistência social do Estado, foram obrigados a viver no limite da miséria absolut



a. Suas únicas alternativas de vida nesses períodos de crise aguda são os assaltos, roubos ou ainda os saques generalizados, cujo rastilho espalha-se com muita facilidade dado o volume de famílias em tal estado.

E concretamente foi o que assistimos atônitos nestes negros anos. Aumento espantoso da criminalidade e da violência, que além de atingir duramente os grandes centros urbanos espalhou-se também para o antes tranquilo, interior dos Estados. O desemprego conjuntural somou-se à miserável condição de vida em que vivem milhares de trabalhadores agrícolas, marginalizados sob a forma de "boias-frias", "volantes", etc, cujo emprego e salário não é garantido mais do que um dia.

À luz do dia, milhares de pessoas, sem qualquer coordenação, motivadas apenas por uma ação mais ousada de um transeunte, lançaram-se contra uma loja qualquer. Imediatamente uma reação em cadeia colocava em pânico os comerciantes que, impotentes, observavam suas lojas serem esvaziadas e destruídas. Essa foi uma "marca registrada", inesquecível dessa crise econômica. Apesar de violenta, encontrou aliados nos mais variados extratos sociais, seja por oportunismo ou por reação ao archo salarial que, de 1980 a 1984, reduziu a renda por habitante em 13%, igualando-se ao nível de 1976.

Os desempregados por sua vez, organizados por Partidos Políticos ou por lideranças que surgiram em seu meio, lançaram-se num processo de mobilização visando obter condições mínimas de sobrevivência, tais como moradia (ocupações de terrenos), transporte coletivo (pressão sobre as Prefeituras para obter passes para os desempregados), alimentação (sacolas de alimentos) e finalmente para alcançar seu principal objetivo: o emprego. Chegaram a ocupar prédios públicos (SINE), e mesmo a realizar acampamentos como o do Ibirapuera.

Isso encontrou ressonância junto aos trabalhadores empregados. Através de seus sindicatos, determinaram-se a combater o desemprego mobilizando as diversas categorias no sentido de se opor às horas extras, reivindicando um verdadeiro seguro desemprego, redução da jornada de trabalho e reforma agrária.

Apesar de todo esse quadro, tanto a inflação como a dívida externa aumentavam significativamente, demonstrando claramente a ineficácia do receituário "ortodoxo monetarista", das autoridades econômicas brasileiras e do FMI. O governo não procurou mudar em nada as diretrizes econômicas, sendo que expectativa de mudança só veio aparecer no bojo do movimento político que colocou fim ao regime militar, em particular nas mobilizações nacionais pelas diretas.

O desemprego e a queda do nível de renda observado no período de 82/83/84, longe de solucionar qualquer "disfunção" da atividade econômica, aprofundou as existentes e gerou um quadro de miséria que rebaixou assustadoramente o nível de vida da grande maioria dos trabalhadores. As condições de saúde, nutrição, educação, etc, em que foi jogada a maioria da população brasileira, far-se-á sentir, futuramente na produtividade e na incapacitação precoce do trabalhador, para o trabalho. Pelo exposto depreende-se, que políticas econômicas alternativas, que busquem resguardar interesses mínimos dos trabalhadores, em relação ao nível de empregos, deve, conter na sua aplicação, a garantia do emprego, através da estabilidade, que retira dos patrões, o direito de usarem o desemprego como instrumento de pressão política, e desempregarem sem justa causa .

Em relação aos fundos públicos, devem direcionar os recursos, para áreas de efetivo interesse da sociedade, garantindo seguro desemprego, serviços de previdência e assistência a todos trabalhadores. Isto, coloca na ordem do dia, a necessidade de recuperar a cidadania de trabalhador, aqueles que vivem nos bolsões de miséria, nas atividades de subemprego urbano e rural.

O resgate dessa dívida social, precede qualquer pacto que se queira i



plementar junto aos trabalhadores, pois mesmo que venhamos a ter uma política econômica anti-recessiva, que gere crescimento econômico, serão necessários vários anos para recuperar o nível de emprego e vida dos trabalhadores brasileiros, perdidos ao longo dessas tormentosas décadas de desemprego e arrocho salarial.

Luiz Antonio Medeiros

Professor de Economia

do Departamento de Economia da FEA-PUC-SP